



CTG *Brasil*



Demonstrações Financeiras **2025**

Rio Paranapanema Participações S.A.

www.ctgbr.com.br




CTG Brasil
Rio Paranapanema Participações S.A.
 CNPJ nº 02.357.206/0001-07

Aviso: 1) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
 2) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente emitido em 26/02/2026 e o relatório da administração, sem modificações, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>; <https://ri.ctgbr.com.br/>.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	53.528	60.529	181.529	520.666	Fornecedores	567	507	492.761	442.153
Clientes	–	–	159.494	129.619	Salários, provisões e contribuições sociais	–	–	17.517	17.345
Tributos a recuperar	–	–	324	287	Tributos a recolher	15.400	8.318	50.226	60.572
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	373.405	454.395	–	–	Encargos setoriais	–	–	15.364	12.691
Partes relacionadas	–	–	852	–	Empréstimos	–	–	674.204	–
Serviços em curso	–	–	4.504	3.408	Debêntures	–	–	42.007	149.224
Outros créditos	–	88	10.813	11.758	Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)	–	242.697	17.245	262.748
Total do ativo circulante	426.933	515.012	357.516	665.738	Partes relacionadas	–	–	2.851	–
Não circulante					Provisões	–	–	9.880	–
Realizável a longo prazo	–	–	2.389	2.011	Outras obrigações	–	–	1.197	1.680
Aplicações financeiras vinculadas	–	–	1.590	2.409	Total do passivo circulante	15.967	251.522	1.323.252	946.413
Tributos a recuperar	–	–	169.013	151.252	Não circulante				
Tributos diferidos	–	–	–	–	Fornecedores	–	–	72.478	56.729
Dividendos	190.700	–	–	–	Encargos setoriais	–	–	20.579	14.588
Depósitos judiciais	3.298	3.114	78.990	74.417	Indenização socioambiental	–	–	18.986	19.181
Outros créditos	3	–	114	980	Debêntures	–	–	619.525	619.384
Total do ativo não circulante	194.001	3.114	252.096	231.069	Dividendos	444.112	–	451.665	–
Investimentos	1.193.550	1.533.769	–	–	Provisões	–	–	125.249	87.180
Imobilizado	–	–	1.963.537	2.127.738	Outras obrigações	–	–	10.378	6.983
Intangível	6.239	7.155	1.476.884	594.192	Total do passivo não circulante	444.112	–	1.318.860	804.045
Total do ativo	1.820.723	2.059.050	4.050.033	3.618.737	Total do passivo	460.079	251.522	2.642.112	1.750.458
					Patrimônio líquido				
					Capital social	798.355	798.355	798.355	798.355
					Reserva de capital	(16.467)	(16.467)	(16.467)	(16.467)
					Reserva legal	86.881	76.442	86.881	76.442
					Reserva de retenção de lucros	377.618	780.774	377.618	780.774
					Ajuste de avaliação patrimonial	114.257	168.424	114.257	168.424
					Total do patrimônio líquido	1.360.644	1.807.528	1.360.644	1.807.528
					Participação dos não controladores	–	–	47.277	60.751
					Total do patrimônio líquido consolidado	1.360.644	1.807.528	1.407.921	1.868.279
					Total do passivo e patrimônio líquido	1.820.723	2.059.050	4.050.033	3.618.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	–	–	1.259.476	1.425.140
Contratos futuros de energia	–	–	–	64.112
Custos operacionais				
Pessoal	–	–	(76.160)	(74.874)
Material	–	–	(9.025)	(6.457)
Serviços de terceiros	–	–	(27.168)	(26.465)
Energia comprada	–	–	(129.856)	(351.875)
Depreciação e amortização	–	–	(284.321)	(261.650)
Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(198.785)	(200.382)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	–	–	(55.156)	(41.817)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	–	–	(9.572)	(9.157)
Seguros	–	–	(9.236)	(10.119)
Aluguéis	–	–	(13)	(15)
Reversões de provisões para riscos	–	–	2.079	2.431
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	–	–	(1.321)	(1.655)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	–	–	3.296	–
Outros	–	–	(1.449)	(5.041)
Resultado bruto	–	–	(796.687)	(987.076)
Outros resultados operacionais			462.789	502.176
Pessoal	–	–	(11.050)	(11.962)
Material	–	–	(1.012)	(680)
Serviços de terceiros	(1.167)	(951)	(15.445)	(15.754)
Depreciação e amortização	(919)	(860)	(7.086)	(6.327)
Seguros	–	–	(311)	–
Aluguéis	–	–	(436)	(367)
(Constituições)/reversões de provisões para riscos	–	–	(20.842)	13.231
Compartilhamento de despesas	(990)	(2.282)	(16.449)	(12.738)
Reversão de perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	–	–	–	156.093
Outros	(1.086)	(71)	(4.539)	(2.626)
Resultado de participações societárias	(4.162)	(4.164)	(77.170)	118.870
Equivalência patrimonial	241.290	423.431	–	–
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	241.290	423.431	–	–
Resultado financeiro	237.128	419.267	385.619	621.046
Receitas	(3.484)	(4.146)	83.775	65.904
Despesas	–	(1)	(160.686)	(110.509)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(3.484)	(4.147)	(76.911)	(44.605)
Imposto de renda e contribuição social	233.644	415.120	308.708	576.441
Corrente	(24.852)	(22.300)	(108.072)	(118.126)
Diferido	–	–	17.713	(49.063)
Lucro líquido do exercício	(24.852)	(22.300)	(90.359)	(167.189)
Atribuível a:	208.792	392.820	218.349	409.252
Acionistas controladores	208.792	392.820	208.792	392.820
Acionistas não controladores	–	–	9.557	16.432
Lucro líquido básico e diluído por ação	208.792	392.820	218.349	409.252
	0,26153	0,49204	–	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	208.792	392.820	218.349	409.252
Outros resultados abrangentes do exercício				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	4.319	–	4.490
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão	–	(1.468)	–	(1.526)
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido	(136)	574	(142)	597
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial	46	(196)	48	(204)
Total do resultado abrangente do exercício	(90)	3.229	(94)	3.357
Atribuído a:	208.702	396.049	218.255	412.609
Acionistas controladores	208.702	396.049	208.702	396.049
Acionistas não controladores	–	–	9.553	16.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	233.644	415.120	308.708	576.441
Ajustes em:				
Equivalência patrimonial	(241.290)	(423.431)	–	–
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	–	–	1.321	1.655
Depreciação e amortização	919	860	291.407	267.977
Reversão de perdas estimadas pela não recuperabilidade de ativos	–	–	–	(156.093)
Resultado na baixa do ativo imobilizado/intangível	–	–	332	320
Juros e amortização de custos sobre empréstimos	–	–	24.437	–
Juros, variação monetária e amortização de custos sobre debêntures	–	–	93.573	74.281
Variação monetária sobre depósitos judiciais	(184)	(149)	(10.455)	(8.556)
Constituições/(reversões) e variações monetárias sobre provisão para riscos	–	–	21.677	(10.477)
AVP sobre licença ambiental	–	–	951	–
Contratos futuros de energia	–	–	–	(64.112)
Variação monetária referente a liminar CCEE	–	–	(4.311)	(5.487)
Outras variações	(161)	(34)	22.450	15.562
Variação nos ativos e passivos				
Clientes	–	–	(30.688)	113.990
Partes relacionadas	–	(100)	1.999	(2.851)
Serviços em curso	–	–	(1.096)	(2.026)
Depósito judicial	–	–	396	55
Fornecedores	60	491	54.919	(6.454)
Salários, provisões e contribuições sociais	–	–	172	(1.087)
Encargos setoriais	–	–	6.356	(2.388)
Provisões	–	–	(7.514)	172
Impostos, taxas e contribuições	6.040	(729)	(18.833)	(34.071)
Outras variações ativas e passivas	85	852	4.515	(1.830)
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas operações	(887)	(7.120)	760.316	755.021
Recebimento de dividendos	367.728	442.474	–	–
Recebimento de juros sobre o capital próprio	86.667	89.938	–	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.335)	(6.051)	(99.128)	(110.567)
Pagamento de juros sobre debêntures	–	–	(84.278)	(70.013)
Pagamento de variação monetária sobre debêntures	–	–	(36.371)	(30.769)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	447.173	519.241	540.475	543.672
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições no ativo imobilizado e intangível	(3)	(320)	(977.301)	(13.561)
Caixa líquido de controlada incorporada	–	33.542	–	–
Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades de investimentos	(3)	33.222	(977.301)	(13.561)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Valor recebido pela emissão de debêntures	–	–	–	620.000
Valor recebido pela emissão de empréstimo	–	–	650.000	–
Custo de transação pela emissão de debêntures	–	–	–	(829)
Custo de transação pela emissão de empréstimo	–	–	(233)	–
Pagamento de debêntures	–	–	(80.000)	(580.000)
Pagamento de dividendos	(454.171)	(530.570)	(468.440)	(547.708)
Pagamento de juros sobre capital próprio	–	–	(3.638)	(3.482)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades de financiamento	(454.171)	(530.570)	97.689	(512.019)
(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(7.001)	21.893	(339.137)	18.092
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	60.529	38.636	520.666	502.574
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.528	60.529	181.529	520.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Rio Paranapanema Participações S.A.
CNPJ nº 02.357.206/0001-07

→ continuação

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas			Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial			Patrimônio líquido da controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital	Legal	Retenção de lucros		Custo atribuído	Outros resultados abrangentes				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	798.355	(16.467)	76.442	780.774		151.710	16.714	1.807.528	60.751	1.868.279	
Resultado abrangente do exercício					208.792			208.792	9.557	218.349	
Lucro líquido do exercício								(136)	(6)	(142)	
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido								46	2	48	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial								(90)			
Realização do ajuste de avaliação patrimonial					208.792	81.935		208.702	9.553	218.255	
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial						(27.858)					
					54.077	(54.077)					
Contribuições e distribuições aos acionistas											
Reserva legal		10.439			(10.439)						
Reserva de retenção de lucros				144.326	(144.326)						
Dividendos intermediários				(547.482)	(108.104)			(655.586)	(17.589)	(673.175)	
Dividendos propostos									(866)	(866)	
Juros sobre capital próprio									(4.572)	(4.572)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	798.355	(16.467)	10.439	(403.156)	(262.869)	97.633	16.624	1.360.644	47.277	1.407.921	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	798.355	(16.467)	56.801	1.057.604		206.559	13.485	2.116.337	69.424	2.185.761	
Resultado abrangente do exercício					392.820			392.820	16.432	409.252	
Lucro líquido do exercício								4.319	171	4.490	
Projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão											
Imposto de renda e contribuição social sobre projeção a partir da revisão das premissas econômicas do plano de pensão								(1.468)	(58)	(1.526)	
Resultado atuarial com plano de pensão de benefício definido								574	23	597	
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre resultado atuarial								(196)	(8)	(204)	
Realização do ajuste de avaliação patrimonial					392.820			396.049	16.560	412.609	
Imposto diferido sobre a realização do ajuste de avaliação patrimonial						83.105	(83.105)				
						(28.256)	28.256				
					54.849	(54.849)					
Contribuições e distribuições aos acionistas											
Reserva legal		19.641			(19.641)						
Reserva de retenção de lucros				185.331	(185.331)						
Dividendos intermediários				(462.197)				(462.197)	(6.629)	(468.826)	
Dividendos propostos								(242.697)	(14.566)	(257.263)	
Juros sobre capital próprio									(4.039)	(4.039)	
Juros sobre capital próprio prescritos									36	37	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	798.355	(16.467)	19.641	(276.830)	(447.669)	151.710	16.714	1.807.528	60.751	1.868.279	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Rio Paranapanema Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas às atividades de geração de energia elétrica, além de participar de licitações e/ou leilões de transferência de participação acionária de sociedades do setor de energia elétrica, obtendo as correspondentes concessões, permissões ou autorizações, podendo, para tanto, desenvolver qualquer das seguintes atividades: estudo, planejamento, projeto, construção e operação de sistemas de produção e transformação de energia, especialmente elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia é Controlada pela China Three Gorges Brasil Energia S.A. (CTG Brasil) e tem por acionista minoritário a Huikai Clean Energy S.A.R.L.

A partir de 2025, a Controlada Rio Paranapanema Energia passou a comercializar energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR), em decorrência do 31º Leilão de Energia Existente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um capital circulante líquido (CCL) negativo consolidado no montante de R\$ 965.736, em virtude dos fatores a seguir:

- Pagamento dos títulos adquiridos no leilão do Mercado de Curto Prazo (MCP) para extensão da concessão das Usinas Hidrelétricas, da Controlada Rio Paranapanema Energia, (UHEs) Capivara e Chavantes no valor de R\$ 952.820, por meio de captação de dívida e utilização do caixa da Companhia;
- Constituição de dividendos a pagar;
- A Controlada Rio Paranapanema Energia, dentro do seu saldo de Fornecedores, possui um passivo relativo à liminar que discute a redução da Garantia Física, no montante de R\$ 457.076 em 31 de dezembro de 2025. Essa obrigação possui característica de passivo financeiro e está classificada no curto prazo por conta disso. Se normalizados os efeitos do passivo de liminar mencionado acima, o CCL consolidado seria de R\$ 508.661 negativo.

A Diretoria analisou as informações disponíveis e dos fluxos de caixa projetados e concluiu que a Companhia e sua Controlada dispõem de recursos suficientes para honrar integralmente suas obrigações. Além da geração recorrente de caixa proveniente de suas atividades operacionais, a Companhia e sua Controlada estão estruturando um plano para a rolagem das dívidas de curto prazo contratadas em 2025, considerando as melhores alternativas disponíveis de acordo com as condições atuais do mercado financeiro. Destaca-se, ainda, o atual nível saudável de alavancagem, o "rating" "AAA" e o sólido relacionamento mantido com as instituições financeiras. Adicionalmente, em caso de eventual necessidade, a Companhia poderá contar com o suporte financeiro de sua Controladora, China Three Gorges Brasil Energia S.A. (CTG Brasil).

Para o ano de 2025, a gestão dos recursos foi fundamental diante do desafio com patamares inferiores de preço de energia. Diante disso, as iniciativas focaram na gestão eficiente dos recursos gerenciáveis e no monitoramento constante de oportunidades de negociação no curto prazo.

1.2. Aquisição de títulos não pagos no MCP para extensão de concessões das UHEs Capivara e Chavantes

Em 1º de agosto de 2025, a Controlada Rio Paranapanema Energia participou do Mecanismo Concorrencial para Negociação de Títulos de Valores não pagos no MCP, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme previsto na Medida Provisória nº 1.300, de 21 de maio de 2025, e na Portaria Normativa MME nº 112, de 17 de julho de 2025.

No referido leilão, foram arrematados 46.800 (quarenta e seis mil e oitocentos) títulos, totalizando R\$ 952,8 milhões. Desse montante, 30.848 títulos, no valor de R\$ 657,7 milhões, foram alocados à UHE Capivara, e 15.952 títulos, no valor de R\$ 295,1 milhões, à UHE Chavantes. O pagamento dos referidos montantes ocorreu no dia 8 de setembro de 2025. Os títulos adquiridos foram utilizados para prorrogar o prazo das concessões das respectivas usinas.

Para subsidiar a participação no leilão a Controlada Rio Paranapanema Energia captou um título de dívida, na modalidade de nota comercial.

O respectivo impacto financeiro, reconhecido no ativo intangível em contrapartida ao caixa e prazo adicional estão apresentados no quadro a seguir:

Entidade	Usina	Tipo	Custos do			Títulos arrematados	Impacto financeiro	Data fim de concessão	Nova data fim de concessão
			extensão	concorrencial	arrematados				
Rio Paranapanema Energia S.A.	Chavantes	UHE	1.460	498	295.112	295.610	01/04/2032	31/03/2036	
Rio Paranapanema Energia S.A.	Capivara	UHE	1.460	964	657.708	658.672	23/04/2032	22/04/2036	
			1.462	952.820	954.282				

Em 16 de setembro de 2025, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 16.467/2025, que aprovou a extensão dos prazos de outorga dos empreendimentos hidrelétricos participantes do MRE, bem como a minuta dos Termos Aditivos aos Contratos de Concessão dessas usinas.

Os períodos de extensão aprovados decorrem da Resolução Homologatória nº 3.439, de 1º de abril de 2025, que homologou os prazos remanescentes de extensão das UHEs que receberam compensação relacionada ao acordo do GSF, conforme previsto no art. 3º da REN nº 1.035/2022. A homologação também abrange o prazo de concessão das usinas que negociaram títulos referentes aos passivos do MCP, por meio do Mecanismo Concorrencial estabelecido pela MP nº 1.300/2025.

Em cumprimento ao processo de formalização da extensão das outorgas, foi assinado no último trimestre de 2025, o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 176/1999-Aneel, abrangendo as UHEs Jurumirim, Salto Grande, Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana, também publicado no Diário Oficial da União (DOU), na mesma data e seção (página 107, volume 163, nº 216). Esse aditivo formaliza as condições aprovadas pela Resolução Homologatória, garantindo a extensão das concessões e os ajustes regulatórios necessários. Os demais Termos Aditivos, relativos às usinas hidrelétricas Canoas I e Canoas II, permanecem pendentes de assinatura e deverão ser formalizados em breve junto à Aneel.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2026.

2.2. Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas obrigações com entidade de previdência privada, intangível, recuperação de custos pela extensão do GSF e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, bem como pela avaliação de ativos imobilizados ao seu custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pelos ativos adquiridos na combinação de negócios, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição.

A Companhia e sua Controlada consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC) 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral na elaboração das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Diretoria na sua gestão.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia, que melhor representa suas operações e respectivo fluxo de caixa.

2.4. Continuidade operacional

A Diretoria avaliou a capacidade da Companhia e sua Controlada em continuarem operando normalmente e concluiu que possuem recursos para darem continuidade aos seus negócios no futuro, nos termos descritos na nota explicativa nº 1.1. Assim, conforme CPC 26/IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Revisão de garantia física;
- Vida útil de ativos de longa duração e impairment;
- Tariffs de Uso do Sistema de Distribuição Aplicáveis às Unidades Geradoras Conectadas aos Sistemas de Distribuição;
- Provisões (nota explicativa nº 19); e
- Imposto de renda e contribuição social diferidos.

2.6. Base de consolidação

Nas demonstrações financeiras da Controladora, os investimentos possuem seu valor contábil aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as Controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Os principais procedimentos de consolidação incluem: (i) a eliminação dos investimentos da Controladora em sua Controlada; (ii) a eliminação dos saldos, transações, receitas e despesas entre a Controladora e sua Controlada, bem como entre as próprias controladas; e (iii) o reconhecimento da participação de acionistas não controladores nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado e nas demonstrações do resultado abrangente.

Também, as transações entre entidades Controladas e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das Controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais e principais estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de PDI e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel.

3.2. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado (PPR) é um programa de engajamento com os resultados da Companhia e sua Controlada, regulamentado pela Lei 10.101/00. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

A Companhia reconhece através de sua Controlada um passivo e uma despesa de PPR ao longo do exercício.

3.3. Impairment

A Companhia e sua Controlada testam a recuperabilidade de seus ativos, imobilizados e intangíveis, quando há algum indicativo que sugira a possibilidade de desvalorização deste ativo. Os ativos são segregados como unidade geradora de caixa, e o teste tem como metodologia do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento da avaliação.

3.3.1. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidade Geradora de Caixa (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

3.3.2. Impairment de ativos financeiros

A Companhia e sua Controlada avaliam as informações prospectivas, das perdas esperadas de crédito associadas aos seus ativos financeiros, para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. As avaliações são realizadas de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, com objetivo de atender os requisitos da redução ao valor recuperável. Para os ativos não circulantes da Companhia e sua Controlada, não foram identificados indicativos de impairment, tampouco a necessidade de reconhecimento de quaisquer perdas pela não realização desses ativos.

3.4. Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos novos e alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2025 não geraram impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações contábeis (CPC 02 (R2)/IAS 21);
- Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO) (OCPC 10).

Os pronunciamentos alterados que entraram em vigência a partir de 01 de janeiro de 2026 não possuem expectativas de impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7/CPC 40);
- Instrumentos Financeiros (IFRS 9/CPC 48).

O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 não possui expectativa de impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

- Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (IFRS19).
- O pronunciamento novo que entrará em vigência a partir de 01 de janeiro de 2027 possui impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.
- Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras (IFRS 18/CPC 51); cuja avaliação e tratativas estão em andamento.

4. EVENTO SUBSEQUENTE

4.1. Aditamento ao termo 1º emissão Nota Comercial série única - Rio Paranapanema Energia.

No dia 09 de fevereiro de 2026 foi celebrado o 1º aditamento referente a 1ª emissão Nota Comercial série única, nele foram alteradas as seguintes condições:

- Postergação do vencimento do principal de 12 de fevereiro de 2026 para 17 de junho de 2026.
- O pagamento dos juros foi alterado para duas parcelas, sendo que a primeira ocorreu em 12 de fevereiro de 2026, referente aos juros já reconhecidos e a segunda ocorrerá na nova data de vencimento.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Administrativo

Márcio José Peres - Diretor-Presidente
Tatiana Figueredo Garrido da Mota
Diretora Executiva

Giulliano Batelochi Gallo
Diretor Executiva

Antonio dos Santos Entraut Junior - Contador - CRC PR-068461/O-1

www.ctgbr.com.br